

POLÍTICA COMERCIAL EM 2019 Retomando a abertura interrompida?

POLÍTICA INDUSTRIAL A estrutura setorial do Brasil explica sua produtividade anêmica?

OCDE

- Uma visão sobre o processo de acesso e o papel de participação empresarial
- O pedido de acessão do Brasil: aceder a quê e porquê?



A Agenda de Política Comercial de 2019 começa a ser discutida

O curto prazo mostra-se opaco, pois a crise política ainda nos ameaça com desdobramentos difíceis de imaginar. Paradoxalmente, o médio prazo parece mais fácil de vislumbrar, ao menos no que se refere às perspectivas da economia. De fato, os problemas que deverão ser enfrentados pelo novo governo na área econômica podem ser mapeados com relativa facilidade. Difícil, no entanto, é antecipar as respostas que serão dadas a cada questão específica, pois elas dependerão do resultado das eleições de 2018.

O presente número de RBCE antecipa algumas das questões que serão colocadas ao novo governo na área da política comercial externa.

Para muitos economistas, um dos nós que limitam o crescimento e dificultam o aumento da produtividade no Brasil é o reduzidíssimo grau de abertura de nossa economia. Esse é certamente o ponto de vista defendido por Mauricio Mesquita e Filipe Sousa, para quem o processo de abertura não apenas estagnou depois de meados dos anos 1990, mas regrediu. Eles atribuem as dificuldades para avançar no processo de liberalização comercial a três fatores: em primeiro lugar, à debilidade dos interesses exportadores, incapazes de influenciar decisivamente a política comercial; em segundo lugar, à volatilidade da ambiente macroeconômico, que tem colocado obstáculos à materialização dos efeitos positivos da liberalização; e por último, à existência de um debate intelectual inconcluso no qual os argumentos protecionistas ainda suscitam forte adesão. O texto examina a estrutura tarifária brasileira, propõe alternativas para a liberalização e examina as parcerias comerciais mais promissoras. Dentre as diversas propostas de política comercial sugeridas no artigo, destacamos particularmente aquelas que envolvem reformas do arcabouço institucional. Os autores defendem que a política comercial deixe de ser uma prerrogativa exclusiva do Poder Executivo e passe a ser compartilhada com o Congresso, contando ainda com o auxílio de um órgão regulador independente nos moldes da *International Trade Commission* (ITC) norte-americana. É uma proposta certamente inovadora.

O segundo artigo da RBCE aborda uma questão usualmente enfrentada por um novo governo. Quais os setores industriais a serem privilegiados com as políticas preferenciais? Otaviano Canuto e Fernanda De Negri fazem uma indagação ligeiramente diferente. A baixa produtividade no Brasil, pode ela ser explicada pela composição setorial da economia brasileira? Se a resposta a essa pergunta for positiva, caberia indagar quais seriam os setores que mais contribuiriam com o aumento da produtividade brasileira e, eventualmente, conceder a tais setores os estímulos adequados. Uma resposta negativa, no entanto, deixaria em aberto a questão sobre quais seriam os fatores capazes de explicar a baixa produtividade da economia brasileira, diagnóstico hoje consensual. Os autores colhem diversas evidências empíricas que lhes permitem concluir que muito mais importante do que mudar a composição setorial é aumentar a produtividade intrasetorial da economia brasileira. O exemplo com o qual esta proposição é ilustrada diz tudo:

“ter a mesma estrutura ocupacional que os Estados Unidos ou a Alemanha, e ao mesmo tempo manter os níveis atuais de produtividade intrasetorial, aumentaria a produtividade brasileira em 68% ou 58%, respectivamente. Por outro lado, aumentar a produtividade intrasetorial para o mesmo nível desses países, mantendo a mesma estrutura ocupacional de hoje, aumentaria a produtividade agregada do Brasil em mais de 400%.”

E para aumentar a produtividade dos setores, as recomendações são as conhecidas: investimentos em infraestrutura, melhoria do ambiente de negócios, aumento da qualidade da educação básica, etc.

A RBCE inclui um terceiro artigo que discute um tema que não deixará de constar da agenda do próximo governo, pois é assunto de absoluta relevância para os exportadores: a desoneração tributária das exportações. O artigo, redigido em coautoria por seis economistas, faz um louvável esforço por quantificar a cumulatividade de tributos e contribuições não recuperáveis que reduzem a competitividade das exportações brasileiras. As estimativas avaliam a cumulatividade desagregada por divisões econômicas derivada do Programa de Integração Social e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins), do Instituto Nacional de Previdência Social (ISS) e de outros custos tributários e parafiscais decorrentes dos percalços administrativos de nosso sistema tributário, que acaba resultando em acúmulo de créditos. A consolidação de todos esses elementos redutores da competitividade exportadora é avaliada em 6,45% da receita líquida de vendas ao exterior para o conjunto da indústria de transformação. Esse percentual, no entanto, varia bastante entre as diferentes divisões econômicas. As recomendações dos autores de que seja evitado esse prejuízo contra os exportadores são as esperadas: promover uma reforma tributária que institua um tributo sobre o valor agregado e elimine os resíduos tributários não recuperáveis assim como os tributos cumulativos. No curto prazo, enquanto tal reforma não é implementada, cabe promover a elevação da alíquota do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), assim como a emissão de certificados de créditos tributários descontáveis de outros tributos para evitar o problema dos créditos acumulados em mãos dos exportadores.

O presente número inclui ainda dois artigos que comentam o recente pedido de acesso do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ou Económico (OECD), processo que certamente demandará no mínimo três anos e será tarefa importante do novo governo. O artigo do embaixador Carlos Cozendey foca nas características da OECD e no processo de acesso, enquanto o texto de José Augusto Fernandes, da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), destaca o papel da representação empresarial e alerta para áreas nas quais poderão suscitar tensões, como é o caso da tributação.

Por último, vale a pena chamar atenção do leitor para o balanço dos primeiros 18 meses da economia argentina sob o governo Macri elaborado por Guillermo Rozenwurcel e Ramiro Albrieu. É sempre possível fazer paralelos entre a situação da economia brasileira e a do vizinho, embora os desafios sejam diferentes. O Brasil enfrentou desajustes de preços relativos (dólar, derivados de petróleo, energia elétrica), sua correção teve um custo inflacionário que foi logo revertido, e agora prevalece a expectativa de uma taxa de inflação baixa, perto do centro da meta, para os próximos dois anos. Na Argentina, o desajuste dos preços relativos era muitíssimo mais grave e a economia rodava em patamar inflacionário bem mais elevado (25%) quando assumiu Macri. Foi feita uma correção parcial dos desajustes (dólar e tarifas), o repique inflacionário foi revertido, mas a inflação corrente ainda ronda os 22% ao ano. O desequilíbrio fiscal é um problema igualmente grave em ambos os países, que optaram, também, por políticas de ajuste graduais. Na Argentina, a rigor, o desequilíbrio fiscal até aumentou no último ano. A dívida na Argentina é, contudo, relativamente baixa (inferior a 40% do produto interno bruto – PIB), enquanto no Brasil ela já se aproxima de 80% do PIB. Mas a velocidade com que cresce a dívida na Argentina preocupa. Na área externa, a situação do Brasil é bem mais confortável. Por último, Macri enfrentará eleições de meio período no atual mês de outubro. Poderá obter bons resultados, mas não alcançará maioria no Congresso. O artigo de Rozenwurcel e Albrieu mostra quais serão suas opções de política econômica e os riscos envolvidos.

No Brasil, as eleições presidenciais ocorrerão em outubro de 2018, daqui a um ano. O cenário parece bem mais incerto.

Cada país com seus desafios.

Ricardo Markwald

Diretor Geral da Funcex

